



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

002. PROVA OBJETIVA

AGENTE DA FISCALIZAÇÃO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a charge para responder às questões de números 01 e 02.



(Duke. <http://www.otempo.com.br>)

01. No plano da linguagem verbal, o humor da charge advém do fato de o marido, no pedido da mulher, entender o verbo “acertar” com significado de

- (A) resolver.
- (B) consertar.
- (C) endireitar.
- (D) atingir.
- (E) ajustar.

02. Em conformidade com a norma-padrão, a frase do marido também poderia ser expressa da seguinte forma:

- (A) Então, eu acertei ele com uma chinelada!
- (B) Então, por acaso eu não acertei-o com uma chinelada!
- (C) Então, eu o acertei com uma chinelada!
- (D) Lhe acertei mesmo uma chinelada, então!
- (E) Este relógio aí, eu acertei-no com uma chinelada, então!

Leia o texto para responder às questões de números 03 a 11.

Avaliar os servidores

Instituições funcionam bem quando conseguem promover os incentivos corretos. Em se tratando do serviço público, isso significa recompensar o mérito e o esforço, evitando que funcionários sucumbam às forças da inércia.

Uma das razões do fracasso do socialismo real, recorde-se, foi a ausência de estímulos do gênero aos trabalhadores. Para estes, a escolha racional era não chamar a atenção dos superiores, negativa ou positivamente.

A gestão de pessoal no Estado brasileiro não chega a reproduzir um modelo soviético, mas carece de sistema eficaz de incentivos e sanções. Com efeito, políticas de bônus por produtividade nas carreiras públicas ainda são tímidas e raramente bem desenhadas.

Já a dispensa de servidores por insuficiência de desempenho, embora prevista na Constituição, não pode ser posta em prática porque o Congresso nunca elaborou uma lei complementar que regulamentasse a avaliação dos profissionais, como a Carta exige.

Vislumbra-se, agora, uma possibilidade de avanço. Discute-se no Senado projeto que cria um sistema de avaliação periódica, a ser adotado por União, Estados e municípios, que poderá levar à exoneração de servidores que obtenham, por sucessivas vezes (o número exato ainda é objeto de negociação), notas inferiores a 30% da pontuação máxima.

Será ingenuidade, entretanto, contar com uma aprovação fácil – os sindicatos da categoria já se mobilizam contra o texto.

Tampouco se deve imaginar que basta uma lei para alterar o *statu quo*. Sistemas de avaliação de servidores já existentes em alguns órgãos muitas vezes não passam de um jogo de cena corporativista, que acaba por distribuir premiações quase generalizadas.

As dificuldades, contudo, não podem ser pretexto para o imobilismo. O projeto se apresenta como um passo inicial importante; uma vez posto em prática, a experiência servirá de base para eventuais aperfeiçoamentos.

(Editorial. *Folha de S.Paulo*, 29.09.2017. Adaptado)

03. No editorial, argumenta-se que

- (A) a avaliação dos funcionários públicos no Brasil contará com uma legislação específica, a partir de projeto que tramita no Senado, o qual prevê a dispensa de 30% dos servidores cujo desempenho profissional não atende às necessidades do Estado.
- (B) a gestão de pessoal é uma realidade no Estado brasileiro, correspondendo a um jogo de interesses em que se preservam servidores com desempenho sofrível atuando sem punição, razão pela qual o novo projeto de avaliação deveria ser deixado de lado.
- (C) a aprovação do projeto de lei que tramita no Senado deverá agilizar os processos de avaliação dos funcionários públicos no Brasil, atendendo a uma reivindicação de sindicatos da categoria, que estão mobilizados para essa nova realidade na gestão de pessoal.
- (D) a avaliação dos funcionários públicos no Brasil seria desejável, de modo a garantir mais eficiência no trabalho, reconhecendo o mérito dos trabalhadores mais dedicados; contudo, a legislação brasileira proíbe esse tipo de acompanhamento de gestão de pessoal.
- (E) a gestão de pessoal no Estado brasileiro precisa implementar um plano de avaliação de seus servidores que seja capaz de estimulá-los pelo mérito de seu trabalho, bem como aplicar a correta penalidade àqueles cujo desempenho é insatisfatório.

04. Em relação ao projeto de lei a ser votado no Senado, o texto deixa claro que

- (A) sofre críticas dos sindicatos e, quando aprovado, irá de encontro aos preceitos da Carta.
- (B) enfrentará resistências e, ainda que aprovado, sua implementação poderá ser comprometida.
- (C) compromete os direitos dos trabalhadores e, apesar disso, estes mantêm-se impassíveis.
- (D) conta com o apoio dos servidores, mas, se aprovado, criará impasses com os sindicatos.
- (E) é alvo de muitas críticas e, por conta disso, o imobilismo social e político é inevitável.

05. Nas passagens – ... evitando que funcionários **sucumbam** às forças da **inércia**. (1º parágrafo) – e – ... políticas de bônus por produtividade nas carreiras públicas ainda são **tímidas** e raramente bem **desenhadas**. (3º parágrafo) –, os termos em destaque significam, correta e respectivamente:

- (A) cedam, apatia, débeis, planejadas.
- (B) obedeçam, mobilização, precárias, delineadas.
- (C) entreguem-se, incapacidade, omissas, visíveis.
- (D) oponham-se, estagnação, fracas, forjadas.
- (E) aspirem, transformação, simples, concebidas.

06. De acordo com a norma-padrão, assinale a alternativa correta quanto à pontuação e à regência.

- (A) Cabe lembrar que, a ausência de estímulos do gênero aos trabalhadores, foi uma das razões do fracasso do socialismo real ao longo dos anos.
- (B) Cabe lembrar de que uma das razões do fracasso do socialismo real foi ao longo dos anos a ausência de estímulos do gênero aos trabalhadores.
- (C) Cabe lembrar que, ao longo dos anos, uma das razões do fracasso do socialismo real foi a ausência de estímulos do gênero aos trabalhadores.
- (D) Cabe lembrar, que uma das razões do fracasso do socialismo real, ao longo dos anos, foi a ausência de estímulos do gênero aos trabalhadores.
- (E) Cabe lembrar de que ao longo dos anos, uma das razões do fracasso do socialismo real, foi a ausência de estímulos do gênero aos trabalhadores.

07. No 6º parágrafo – Será ingenuidade, **entretanto**, contar com uma aprovação fácil – os sindicatos da categoria **já** se mobilizam contra o texto. –, a conjunção e o advérbio destacados estabelecem no período, respectivamente, relações de sentido de

- (A) explicação e tempo.
- (B) oposição e afirmação.
- (C) conclusão e modo.
- (D) oposição e tempo.
- (E) conclusão e afirmação.

08. Assinale a alternativa em que o pronome está empregado em conformidade com a norma-padrão.

- (A) A dispensa de servidores onde o desempenho é insuficiente não pode ser posta em prática.
- (B) A dispensa de servidores que o desempenho é insuficiente não pode ser posta em prática.
- (C) A dispensa de servidores cujo desempenho é insuficiente não pode ser posta em prática.
- (D) A dispensa de servidores o qual o desempenho é insuficiente não pode ser posta em prática.
- (E) A dispensa de servidores aonde o desempenho é insuficiente não pode ser posta em prática.

09. Considere a seguinte oração do 5º parágrafo: Vislumbra-se, agora, uma possibilidade de avanço.

Assinale a alternativa em que a concordância do sujeito com o verbo ocorre pelo mesmo motivo que na oração transcrita, em que a palavra “se” é um pronome apassivador.

- (A) Observa-se certo mal-estar entre os convidados da festa.
- (B) Certamente, trata-se de uma festa de caráter filantrópico.
- (C) Opuseram-se à ideia de construção de uma nova sede.
- (D) Em tempos passados, vivia-se com tranquilidade por aqui.
- (E) Vão-se os dedos sem os anéis dos tempos de glória.

10. Assinale a alternativa em que a frase – Tampouco se deve imaginar que basta uma lei para alterar o *statu quo*. (7º parágrafo) – está reescrita de acordo com a norma-padrão de colocação pronominal e tem sentido compatível com o original.

- (A) Nem imagine-se que uma lei possa alterar tão pouco o *status quo*.
- (B) Não se deve imaginar, também, que basta uma lei para alterar o *status quo*.
- (C) Se deve imaginar o quanto uma lei pode alterar o *status quo*.
- (D) Deve-se imaginar que uma lei basta, muito menos, para alterar o *status quo*.
- (E) Não deve-se imaginar que pelo menos uma lei basta para alterar o *status quo*.

11. Assinale a alternativa em que a preposição em destaque forma expressão com sentido de causa.

- (A) **Para** estes, a escolha racional era não chamar a atenção...
- (B) ... uma vez posto **em** prática, a experiência servirá de base...
- (C) ... carece de sistema eficaz **de** incentivos e sanções.
- (D) Já a dispensa de servidores **por** insuficiência de desempenho...
- (E) ... evitando que funcionários sucumbam às forças **da** inércia.

Leia a charge para responder às questões de números 12 e 13.



(Jaguar. Em: <http://atarde.uol.com.br>. Adaptado)

12. Em conformidade com a norma-padrão, a lacuna da frase-título da charge deve ser preenchida com:

- (A) por que as pessoas sente-se inseguras
- (B) devido o sentimento de insegurança
- (C) porque existe pessoas muito inseguras
- (D) por que as pessoas continuam inseguras
- (E) devido à insegurança vivida pelas pessoas

13. É correto concluir, à vista dos elementos verbais e não verbais, que

- (A) o comportamento do garoto não incomoda a mulher, que acaba brincando com ele.
- (B) o garoto demonstra alegria exagerada, o que faz com que a mulher reaja com tristeza.
- (C) a mulher e o garoto ignoram o fechamento da escola, revelando o seu desprestígio.
- (D) a mulher reage à manifestação do garoto, expressando contrariedade e repreendendo-o.
- (E) o garoto se mostra animado com a notícia, mas a mulher evita expressar uma reação.

14. Segundo o estudante do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da USP e membro do Núcleo de Estudos em Tecnologia e Sociedade (Nets), Victor Veloso, o Brasil precisa de uma regulamentação quanto à proteção de dados na internet, _____ de garantir a privacidade dos _____. Ele explica que as informações são coletadas em diversas plataformas, como Google e Facebook, com o consentimento dos usuários nos termos de uso. No entanto, o risco está na utilização dos dados para além de interesses econômicos, com _____ repasses aos governos. O estudante considera que a vigilância e a captação dos dados pode retirar a privacidade das pessoas e cercear sua liberdade. A _____ Direitos na Rede promove a campanha “Seus dados são você: Liberdade, proteção, regulação para tratar da garantia de privacidade dos dados na internet brasileira”.

(<http://jornal.usp.br>. Adaptado)

De acordo com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) afim ... cidadãos ... possíveis ... coalisão
- (B) afim ... cidadães ... possíveis ... coalisão
- (C) a fim ... cidadãos ... possíveis ... coalizão
- (D) a fim ... cidadões ... possíveis ... coalizão
- (E) a fim ... cidadões ... possíveis ... coalizão

Leia o texto para responder às questões de números 15 a 20.

Briga de irmãos... Nós éramos cinco e brigávamos muito, recordou Augusto, olhos perdidos num ponto X, quase sorrindo. Isto não quer dizer que nos detestássemos. Pelo contrário. A gente gostava bastante uns dos outros e não podia viver na separação. Se um de nós ia para o colégio (era longe o colégio, a viagem se fazia a cavalo, dez léguas na estrada lamacenta, que o governo não consertava), os outros ficavam tristes uma semana. Depois esqueciam, mas a saudade do mano muitas vezes estragava o nosso banho no poço, irritava ainda mais o malogro da caça de passarinho: “Se Miguel estivesse aqui, garanto que você não deixava o tiziu fugir”, gritava Édison. “Você assustou ele falando alto... Miguel te quebrava a cara”. Miguel era o mais velho, e fora fazer o seu ginásio. Não se sabe bem por que a sua presença teria impedido a fuga do pássaro, nem ainda por que o tapa no rosto de Tito, com o tiziu já longínquo, teria remediado o acontecimento. Mas o fato é que a figura de Miguel, evocada naquele instante, embalava nosso desapontamento e de certo modo participava dele, ajudando-nos a voltar para casa de mãos vazias e a enfrentar o risinho malévolo dos Guimarães: “O que é que vocês pegaram hoje?” “Nada”. Miguel era deste tamanho, impunha-se. Além disto, sabia palavras difíceis, inclusive xingamentos, que nos deixavam de boca aberta, ao explodirem na discussão, e que decorávamos para aplicar na primeira oportunidade, em nossas brigas particulares com os meninos da rua. Realmente, Miguel fazia muita falta, embora cada um de nós trouxesse na pele a marca de sua autoridade. E pensávamos com ânsia no seu regresso, um pouco para gozar de sua companhia, outro pouco para aprender nomes feios, e bastante para descontar os socos que ele nos dera, o miserável.

(Carlos Drummond de Andrade, A Salvação da Alma.
Em: *O sorvete e outras histórias*.)

15. O texto lido corresponde a trecho de

- (A) reminiscências de um dos irmãos, que assume a narração e relata episódios da infância, destacando a figura do irmão mais velho, marcante na vida dos demais por várias razões.
- (B) lembranças do narrador, que teve uma infância difícil sob a opressão dos irmãos e de outros vizinhos truculentos, mas que consegue chegar ao final da vida perdoando a todos.
- (C) relato de vida de Augusto, irmão do narrador, traçando o perfil do mais velho, Miguel, por quem todos nutriam sentimentos dúbios, por seu caráter firme e sua força física.
- (D) memórias do narrador, em que discute com o irmão Augusto a raiva e o desconforto que viviam em presença do irmão Miguel, mais velho e mais inteligente, porém violento.
- (E) recordações de Miguel, o narrador, em que se vangloria do fascínio que exercia sobre os irmãos nas brincadeiras de criança e na forma como os defendia de quem os ameaçasse.

16. Nas passagens – ... irritava ainda mais o **malogro** da caça de passarinho ... – e – ... com o tiziu já **longínquo** ... –, os termos destacados têm como antônimos, respectivamente:

- (A) infortúnio e distante.
- (B) êxito e apartado.
- (C) revés e perto.
- (D) sorte e imperceptível.
- (E) sucesso e próximo.

17. Assinale a alternativa em que a frase está coerente quanto ao sentido do texto e em conformidade com a norma-padrão.

- (A) Mesmo sendo pequeno, Miguel impunha-se com os irmãos contra os Guimarães, quando esses vinham com seu riso bizarro.
- (B) Como era grande, Miguel impunha-se sobre os irmãos e os Guimarães, assim que eles vinham com seu riso complacente.
- (C) Miguel era um garoto grande e impunha-se aos demais. A lembrança dele ajudava os irmãos a enfrentar o riso perverso dos Guimarães.
- (D) O tamanho de Miguel o impunha e ajudava quando os irmãos tinham de enfrentar os Guimarães com seu riso altruísta.
- (E) Por causa do tamanho, Miguel se impunha em todos e os irmãos dele enfrentavam os Guimarães quando eles tinham riso bizarro.

18. Assinale a alternativa em que a expressão destacada está empregada em sentido figurado.

- (A) **Briga de irmãos**... Nós éramos cinco e brigávamos muito...
- (B) ... inclusive xingamentos, que nos deixavam **de boca aberta**...
- (C) ... a viagem se fazia a cavalo, dez léguas na **estrada lamacenta**...
- (D) Miguel era **o mais velho**, e fora fazer o seu ginásio.
- (E) ... embora cada um de nós trouxesse **na pele** a marca de sua autoridade.

19. Assinale a alternativa em que os verbos estão corretamente flexionados, de acordo com a norma-padrão.

- (A) Miguel **quebrava** a sua cara, se estivesse aqui. Mas quando ele **vim** aqui, garanto que você não deixa o passarinho fugir.
- (B) Miguel **quebra** a sua cara, se estivesse aqui. Mas quando ele **pôr** os pés aqui, garanto que você não deixaria o passarinho fugir.
- (C) Miguel **quebraria** a sua cara, se estivesse aqui. Mas quando ele **estiver** aqui, garanto que você não deixará o passarinho fugir.
- (D) Miguel **quebraria** a sua cara, se estivesse aqui. Mas quando ele **vir** aqui, garanto que você não deixava o passarinho fugir.
- (E) Miguel **quebrava** a sua cara, se estivesse aqui. Mas quando ele **estar** aqui, garanto que você não deixará o passarinho fugir.

20. Assinale a alternativa em que estão destacados, respectivamente, um adjetivo e uma locução adjetiva.

- (A) Você assustou ele falando **alto**... /... teria impedido a fuga **do pássaro**.
- (B) Miguel era o mais **velho**... /... a viagem se fazia a **cavalo**.
- (C) E pensávamos com **ânsia** no seu regresso... /... o tapa no rosto **de Tito**.
- (D) ...para aprender nomes **feios**... /... o risinho malévolo **dos Guimarães**.
- (E) ...os socos que ele nos dera, o **miserável**. /... **de certo modo** participava dele.

21. Considere a sequência (10, 15, 13, 18, 16, 21, 19, 24, 22, 27, ...). A soma do 16º, 17º e 18º termo dessa sequência é igual a

- (A) 107.
- (B) 109.
- (C) 104.
- (D) 105.
- (E) 110.

22. Em uma pizzaria, 6 pessoas comeram pizza durante 2 horas e meia. Cada uma delas comeu 3 fatias a cada 15 minutos. O tempo mínimo necessário para que 9 pessoas, cada uma delas comendo 5 fatias a cada 20 minutos, igualem o número de fatias de pizza que as primeiras 6 pessoas haviam comido é de

- (A) 45 minutos.
- (B) 1 hora e 10 minutos.
- (C) 1 hora e 25 minutos.
- (D) 1 hora e 30 minutos.
- (E) 1 hora e 20 minutos.

23. Considerando os conjuntos A, B, C e D e suas intersecções, não existem elementos nas intersecções de 3 ou 4 desses conjuntos. Nas intersecções de exatamente 2 desses conjuntos, existe o mesmo número de elementos em $A \cap B$, $A \cap D$, $B \cap C$ e $C \cap D$; porém, não existem elementos em $A \cap C$ e nem em $B \cap D$. O número de elementos de cada conjunto A, B, C e D é, respectivamente, 20, 16, 19 e 17. O total de elementos que pertencem a apenas um desses conjuntos é igual a 32. O número de elementos que pertencem apenas ao conjunto A excede o número de elementos que pertencem ao conjunto D em

- (A) 3.
- (B) 1.
- (C) 2.
- (D) 4.
- (E) 5.

24. Para ir ao trabalho caminhando, Rodrigo percorreu a terça parte do percurso sem qualquer parada. Descansou um pouco e, em seguida, percorreu a quinta parte do que restava do percurso e, novamente, parou para descansar. Após essas duas etapas, ainda faltavam 1 080 metros para Rodrigo chegar ao destino. A diferença entre o número de metros que Rodrigo caminhou na primeira etapa em relação à segunda etapa é igual a

- (A) 405.
- (B) 470.
- (C) 525.
- (D) 580.
- (E) 625.

25. Uma enquete demonstrou que 17% das empresas devem algum tipo de imposto do ano anterior, e, desse grupo, são 13% que devem algum tipo de imposto dos últimos dois anos. Em relação ao total de empresas da enquete, a porcentagem das empresas que devem apenas os impostos do ano anterior é de, aproximadamente,

- (A) 15,6.
- (B) 14,3.
- (C) 14,8.
- (D) 13,9.
- (E) 13,7.

26. Considere verdadeiras as afirmações I, II, III e falsa a afirmação IV.

- I. Se como, então não sinto fome.
- II. Não sinto fome ou choro.
- III. Se choro, então não sorrio.
- IV. Não sinto fome ou grito.

A partir dessas afirmações, é verdade que:

- (A) Não grito e não choro.
- (B) Sorrio ou sinto fome.
- (C) Como ou grito.
- (D) Não sorrio e não sinto fome.
- (E) Choro e grito.

27. Tenho um filho. Nasci 20 anos antes do que ele. Daqui a dez anos terei o dobro da idade dele. Hoje a razão entre a idade dele e a minha é igual a

(A) $\frac{1}{2}$

(B) $\frac{1}{4}$

(C) $\frac{1}{6}$

(D) $\frac{1}{3}$

(E) $\frac{1}{5}$

28. Se a afirmação “**Ou Renato é o gerente da loja ou Rodrigo é o dono da loja**” é verdadeira, então uma afirmação necessariamente verdadeira é:

(A) Renato é o gerente da loja e Rodrigo é o dono da loja.

(B) Renato é o gerente da loja se, e somente se, Rodrigo não é o dono da loja.

(C) Se Renato não é o gerente da loja, então Rodrigo não é o dono da loja.

(D) Se Renato é o gerente da loja, então Rodrigo é o dono da loja.

(E) Renato é o gerente da loja.

29. Considere verdadeiras as afirmações:

Todo contador é matemático.

Não há músico que não seja matemático.

Carlos é músico.

A partir dessas afirmações, é correto concluir que

(A) Não é possível Carlos ser matemático.

(B) Se Carlos é músico, então ele é contador.

(C) Carlos não é contador.

(D) Se Carlos é músico, então ele é matemático.

(E) Qualquer contador é músico.

30. Uma afirmação que corresponda à negação lógica da afirmação “**Se a demanda aumenta, então os preços tendem a subir**” é:

(A) Se os preços não tendem a subir, então a demanda não aumenta.

(B) Ou os preços tendem a subir, ou a demanda aumenta.

(C) Se a demanda não aumenta, então os preços não tendem a subir.

(D) A demanda aumenta ou os preços não tendem a subir.

(E) Os preços não tendem a subir, e a demanda aumenta.

INFORMÁTICA

31. No MS-Windows 7, em sua configuração padrão, pode-se alternar entre a janela ou os programas que estejam abertos, por meio do pressionamento da combinação de teclas:

- (A) ALT+TAB
- (B) WINKEY+ESC
- (C) CTRL+TAB
- (D) WINKEY+ CTRL
- (E) CTRL+ESC

32. Em um computador, instalou-se o MS-Windows 7, em sua configuração padrão. Avalie o quadro a seguir, que apresenta a pasta Arquivo e três possíveis situações nas quais se deseja colocar determinados arquivos nessa pasta:

	1	2	3
Nome da pasta	Arquivo	Arquivo	Arquivo
Arquivos que se deseja colocar na pasta	Arquivo Arquivo.doc Arquivo.xls	Arquivo.jpg Arquivo.doc Arquivo.xls	Arquivo Arquivo.doc Arquivo.doc






Assinale a alternativa que contém a(s) situação(ões) que é(são) válida(s) no MS-Windows 7.

- (A) Apenas 1.
- (B) Apenas 1 e 2.
- (C) Apenas 2.
- (D) Apenas 3.
- (E) 1, 2 e 3.

33. Suponha um computador com o MS-Windows 7, um HD interno e um *mouse*, todos em suas configurações padrão. Uma das formas de colocar diretamente uma cópia de um arquivo na pasta B, sendo que esse arquivo encontra-se originalmente na **pasta A** desse HD, sem apagá-lo da **pasta A**, é arrastando-o. Para tanto, deve-se selecionar o arquivo, manter pressionada uma tecla e manter pressionado um dos botões do *mouse*. Essa tecla e o botão são, respectivamente:

- (A) ALT e esquerdo.
- (B) SHIFT e direito.
- (C) CTRL e esquerdo.
- (D) ALT e direito.
- (E) CTRL e direito.

34. Um documento, composto por diversos parágrafos de texto, foi editado no MS-Word 2010, versão em português, na sua configuração padrão. Posteriormente, foi necessário que todo o texto de um desses parágrafos fosse exibido com o formato *Tachado*. Após a seleção do referido parágrafo, o recurso que permite atribuir essa formatação ao texto selecionado é:

- (A) 
- (B) 
- (C) 
- (D) 
- (E) 

35. A tabela a seguir foi editada no MS-Word 2010 (versão em português, na sua configuração padrão), sendo que, na primeira coluna, estão alguns itens (canetas, lápis e borrachas) a serem contabilizados e, na segunda coluna, suas respectivas quantidades.

Item	Quantidade
Canetas	11
Lápis	21
Borrachas	18
TOTAL	

Deseja contabilizar, automaticamente, na célula em branco, a quantidade total de itens dessa tabela. Para isso, deve-se clicar dentro da célula em branco da tabela, à direita de TOTAL, e, por meio da guia Ferramentas de Tabela – Layout que aparece, selecionar o recurso Fórmula. Por fim, na tabela que se abre, confirmar a fórmula:

- (A) =SOMA(B2; B3; B4)
- (B) =SUM(ABOVE)
- (C) =SOMA(B2:B4)
- (D) =SOMATÓRIA
- (E) =SOMATÓRIA(B)

36. Considere a seguinte tabela, presente em uma planilha editada no MS-Excel 2010, na sua configuração padrão, em português.

	A	B	C
1	2	-1	8
2	3		6
3	5	10	15
4	0	0	

Suponha que a seguinte fórmula tenha sido digitada na célula C6.

=CONT.SE(A1:C4;"<4")

O resultado esperado nessa célula é:

- (A) 4
 - (B) 2
 - (C) 10
 - (D) 5
 - (E) 12
37. Considere a tabela a seguir, digitada em uma planilha no MS-Excel 2010, na sua configuração padrão, em português.

	A	B
1	1	2
2	4	5
3	7	11

Na célula C5, digitou-se a seguinte fórmula:

=SE(MÉDIA(A1:B3)>MÉDIA(A1:A3);1;2)

Por consequência, o resultado que será mostrado nessa célula é:

- (A) 2
 - (B) 3
 - (C) 1
 - (D) 4
 - (E) 5
38. Uma mensagem de correio eletrônico (*e-mail*) pode ser enviada formatada em html, rich text ou sem formato. Em uma mensagem de *e-mail* sem formatação ou com formato simples,
- (A) não é possível anexar arquivos de imagens no formato JPG.
 - (B) é possível utilizar os tamanhos de fonte normal, médio e grande para o texto.
 - (C) não será possível anexar arquivos em formato documento como DOC e PDF.
 - (D) um *hyperlink* inserido no corpo do texto pode ser acessado por meio do *click* sobre ele.
 - (E) uma imagem inserida no corpo do texto não será visível.
39. Nos acessos à Internet, é normalmente possível identificar o tipo de serviço e a área de atuação do provedor do serviço por meio do URL. Por exemplo, considerando o seguinte URL: <https://mail.google.com>, é correto afirmar que o serviço é de acesso
- (A) ao serviço de *e-mail*, e que o provedor é uma entidade sem fins lucrativos.
 - (B) ao serviço de *e-mail*, e que o provedor é uma entidade comercial.
 - (C) à página *web*, e que o provedor é uma entidade comercial.
 - (D) ao serviço de *e-mail*, e que o provedor é estabelecido nos Estados Unidos.
 - (E) à página *web*, e que o provedor é uma entidade sem fins lucrativos.
40. Os programas de navegação pela Internet disponibilizam atualmente o recurso de navegação denominada anônima, ou privada, ou InPrivate, dependendo do navegador. Quando se utiliza esse modo de navegação,
- (A) o histórico de navegação não é mantido no navegador.
 - (B) não é possível rastrear quais *sites* foram visitados.
 - (C) os *web sites* visitados não registram a visita realizada.
 - (D) não é possível rastrear a identidade de quem acessou os *web sites*.
 - (E) arquivos baixados durante a navegação são apagados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

41. O regime jurídico dos contratos administrativos, instituído pela Lei de Licitações e Contratos, confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de tomar determinadas medidas de forma unilateral, mesmo sem a concordância do contratado, exceto:
- (A) rescindi-los na hipótese de dissolução da sociedade contratada.
 - (B) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
 - (C) rescindi-los no caso de atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento.
 - (D) alterar suas cláusulas econômico-financeiras e monetárias.
 - (E) modificá-los para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
42. Assinale a alternativa que contempla um tipo de ato administrativo dotado do atributo da imperatividade.
- (A) Autorização para conceder o uso de bem público.
 - (B) Licença de funcionamento de comércio.
 - (C) Permissão de serviço público.
 - (D) Sentença judicial.
 - (E) Decreto de desapropriação.
43. Considerando o disposto na Lei Estadual nº 10.261/68, a respeito da acumulação remunerada de cargos públicos, na hipótese de ser constatado, mediante processo administrativo, que o funcionário está acumulando, fora das condições previstas nessa Lei,
- (A) independentemente de boa-fé, será ele exonerado de ambos os cargos, devendo restituir aos cofres públicos o que recebeu indevidamente no último cargo.
 - (B) ele deverá ser exonerado do último cargo assumido, devendo restituir aos cofres públicos o que nesse recebeu indevidamente.
 - (C) ele será demitido do primeiro cargo e terá que devolver aos cofres públicos tudo o que recebeu indevidamente desde a data da posse no segundo cargo.
 - (D) desde que provada a boa-fé, o funcionário será mantido no cargo ou função que exercer há menos tempo.
 - (E) será ele demitido de todos os cargos e funções, caso não esteja de boa-fé, e obrigado a restituir o que indevidamente houver recebido.
44. Assinale a alternativa correta a respeito da licitação e de seu procedimento.
- (A) A licitação será sigilosa, sendo vedado, ao público, o acesso aos atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas até a respectiva abertura.
 - (B) As normas de licitações e contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na forma da lei.
 - (C) No procedimento licitatório, é obrigatório incluir no objeto da licitação a forma de obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem.
 - (D) A lei veda que, no processo de licitação, sejam estabelecidas preferências para produtos, serviços ou empresas nacionais em detrimento dos similares estrangeiros.
 - (E) É vedada pela lei a contratação de obras e serviços, por licitação, a serem executados por meio de empreitada por preço unitário.
45. Se alguém dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, a Lei nº 8.666/93 prevê, expressamente, como penalidade para essa conduta,
- (A) detenção e multa.
 - (B) apenas multa de até 100 salários-mínimos.
 - (C) proibição de contratar com o poder público.
 - (D) suspensão dos direitos políticos.
 - (E) multa de até 100 vezes o valor do prejuízo causado.
46. Hermes é funcionário público e ordenador de despesa do órgão onde exerce suas funções, tendo determinado ao seu subordinado, Ícaro, que praticasse determinado ato gerador de despesa de adiantamentos. Todavia, Ícaro acabou por exorbitar das ordens recebidas e causou danos ao erário.
- Conforme estabelece a Lei Orgânica do TCE/SP, nesse caso,
- (A) Hermes é o primeiro responsável, e Ícaro é o responsável subsidiário pelos referidos danos.
 - (B) Hermes e Ícaro devem ser solidariamente responsabilizados pelos danos causados ao erário.
 - (C) Ícaro deve ser o único responsabilizado pelos danos, por ter exorbitado das ordens recebidas.
 - (D) Hermes deve ser o único responsabilizado pelos danos por ser o funcionário ordenador de despesa.
 - (E) ambos serão responsabilizados na proporção de metade para cada um do valor total dos prejuízos causados.

- 47.** A decisão em processo de tomada ou prestação de contas, conforme dispõe o Regimento Interno do TCE/SP, pode ser
- (A) concessiva, absolutória ou condenatória.
 - (B) homologatória, terminativa ou mandamental.
 - (C) recorrível, irrecorrível ou homologatória.
 - (D) preliminar, final ou terminativa.
 - (E) preambular, interlocutória ou terminativa.
- 48.** Segundo a Lei Federal nº 8.987/1995 (Regime de Concessão e Permissão de Serviços Públicos), a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica, e após prévio pagamento da indenização, denomina-se
- (A) intervenção.
 - (B) encampação.
 - (C) caducidade.
 - (D) reversão.
 - (E) rescisão.
- 49.** A respeito do acordo de leniência, previsto na Lei Federal nº 12.846/2013, é correto afirmar que
- (A) mesmo no caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica não ficará impedida de celebrar novo acordo a qualquer tempo.
 - (B) poderá ser celebrado com a pessoa jurídica que colabore com as investigações, desde que dessa colaboração resulte, dentre outras consequências, a condenação dos demais envolvidos na infração.
 - (C) a proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a efetivação do respectivo acordo, salvo no interesse das investigações e do processo administrativo.
 - (D) esse acordo, quando alcançar resultados efetivos, isentará a pessoa jurídica da obrigação de reparar o dano causado.
 - (E) os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, desde que firmem o acordo separadamente.
- 50.** Segundo as Súmulas vigentes do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, as aquisições, por órgãos públicos, de obras de arte ou de valor histórico,
- (A) são vedadas.
 - (B) dispensam licitação e não exigem avaliação.
 - (C) exigem licitação, mas dispensam laudo de autenticidade.
 - (D) podem ser feitas por inexigibilidade de licitação e dispensam avaliação prévia.
 - (E) devem ser precedidas de laudo de autenticidade e avaliação.
- 51.** Narciso é Procurador do Município e, recentemente, assumiu um segundo cargo remunerado, com horário compatível com o do seu primeiro cargo, em uma sociedade de economia mista. Nessa situação, segundo o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Narciso
- (A) incidiu na hipótese de acumulação ilegal de cargos.
 - (B) estaria incorrendo em acumulação proibida de cargos apenas se a lei que regulamenta sua carreira contemple dispositivo que exija dedicação exclusiva ao cargo de Procurador.
 - (C) não está violando qualquer norma legal ou constitucional, uma vez que o segundo cargo por ele assumido é em uma sociedade de direito privado.
 - (D) não estará contrariando a Carta Magna ao ter assumido o segundo cargo, desde que esse seja técnico ou científico.
 - (E) não está violando a Constituição, uma vez que seu cargo no Município permite a acumulação com esse outro tipo de cargo.
- 52.** A Constituição Federal estabelece que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Nesse diapasão, as decisões do Tribunal, de que resultem imputação de débito ou multa,
- (A) que não forem cumpridas, serão remetidas ao Ministério Público para as providências cabíveis.
 - (B) terão eficácia de título executivo.
 - (C) serão anotadas no cadastro de devedores do Tribunal até que o responsável quite o débito ou a multa.
 - (D) implicarão na suspensão dos direitos políticos do devedor, se não forem devidamente cumpridas.
 - (E) serão cobradas judicialmente pelo próprio Tribunal.

53. O texto constitucional estabelece que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder aos limites estabelecidos em lei complementar. Na hipótese, portanto, de uma dessas entidades não conseguir cumprir com esse limite dentro do prazo legal, ela adotará a seguinte providência, expressamente prevista:
- (A) extinção dos cargos de provimento efetivo que não estejam ocupados, até o limite de vinte por cento do total de cargos existentes.
 - (B) colocação em disponibilidade de até 20% dos servidores em atividade, com indenização a ser estipulada pela lei.
 - (C) demissão a bem do serviço público dos servidores não estáveis, que deverão ser indenizados na proporção de um terço de sua remuneração para cada ano trabalhado.
 - (D) extinção de todos os cargos de livre nomeação e exoneração, sem direito à indenização dos servidores ocupantes dos cargos.
 - (E) redução das despesas, em pelo menos vinte por cento, com cargos em comissão e funções de confiança.
54. Com relação à previdência social, a Constituição Federal dispõe que é vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de
- (A) trabalhadores rurais, médicos, enfermeiros, professores em todos os níveis, policiais, bombeiros e guardas municipais, nos termos da lei.
 - (B) trabalhadores que tenham desempenhado suas funções durante o horário noturno ou em regime de revezamento pelo período mínimo de cinco anos, na forma estabelecida em lei complementar.
 - (C) trabalhadores, urbanos ou rurais, que tenham garantido por lei o direito ao recebimento, quando na ativa, de adicionais de insalubridade e periculosidade e aos trabalhadores portadores de deficiência.
 - (D) atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.
 - (E) atividades relacionadas ao trabalho insalubre e perigoso e às atividades exercidas por profissionais da área de segurança pública, da saúde e da educação, nos termos da lei.
55. Nos moldes da Constituição do Estado de São Paulo, com relação às contas do próprio Tribunal de Contas do Estado, o texto dispõe que
- (A) as suas contas ficarão à disposição para o exame de qualquer cidadão ou autoridade pelo prazo de 60 dias por ano, que poderão pedir esclarecimentos sobre eventuais despesas a elas relacionadas.
 - (B) as suas contas serão examinadas por uma comissão especial do próprio Tribunal de Contas, presidida pelo Conselheiro mais antigo, que, anualmente, deverá emitir parecer sobre a sua regularidade, com pleno acesso a qualquer cidadão.
 - (C) o Tribunal prestará suas contas, anualmente, à Assembleia Legislativa, no prazo de 60 dias, a contar da abertura da sessão legislativa.
 - (D) as contas deverão ser encaminhadas à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado até o último dia útil de janeiro de cada ano.
 - (E) o Tribunal fica dispensado de apresentá-las, devendo fazê-lo, porém, quando solicitado pelo Ministério Público ou pela Assembleia Legislativa.
56. No que diz respeito às espécies de controle de constitucionalidade, é correto afirmar que o sistema brasileiro não contempla o controle
- (A) político repressivo.
 - (B) político preventivo.
 - (C) legislativo repressivo.
 - (D) judicial preventivo concentrado.
 - (E) preventivo por parte do Poder Executivo.
57. No exercício de suas atribuições constitucionais, se o Tribunal de Contas se defrontar com uma norma que entenda ser inconstitucional, ele
- (A) pode declarar a inconstitucionalidade da norma com efeitos *erga omnes*.
 - (B) tem o poder de deixar de aplicar a norma ao caso concreto que está sob seu julgamento.
 - (C) não pode deixar de aplicar a norma, pois não tem poderes jurisdicionais.
 - (D) deve suspender o processo no qual se questiona a norma, e encaminhar o caso ao Poder Judiciário para apreciar a questão da inconstitucionalidade.
 - (E) deve proceder ao julgamento do caso concreto em face da legislação vigente e, ao final, remeter o caso ao Judiciário para decidir a questão da inconstitucionalidade.

58. Nos termos do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Não caberá a restituição por enriquecimento, se a lei conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido.
- (B) São bens públicos os de uso comum do povo, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração municipal.
- (C) Constitui ato ilícito a destruição da coisa alheia a fim de remover perigo iminente.
- (D) Não comete ato ilícito aquele que, por ação ou omissão voluntária, violar direito e causar dano a outrem.
- (E) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são alienáveis.

59. Assinale a alternativa que contenha apenas crimes descritos no Código Penal contra as finanças públicas.

- (A) Contratação de operação de crédito, ordenação de despesa não autorizada e não cancelamento de restos a pagar.
- (B) Oferta pública ou colocação de títulos no mercado, moeda falsa e prestação de garantia graciosa.
- (C) Inserção de dados falsos em sistema de informações, assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura e emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- (D) Não cancelamento de restos a pagar, extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento e emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- (E) Inserção de dados falsos em sistema de informações, sonegação ou inutilização de livro ou documento e contratação de operação de crédito.

60. Nos termos da Lei Federal nº 9.613/1998 (alterada pela Lei Federal nº 12.683/2012), que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, é correto afirmar que

- (A) a Secretaria da Receita Federal do Brasil conservará os dados fiscais dos contribuintes pelo prazo mínimo de 15 (quinze) anos, contados a partir do início do exercício seguinte ao da declaração de renda respectiva ou ao do pagamento do tributo.
- (B) em caso de indiciamento de servidor público, este será afastado, percebendo remuneração proporcional ao tempo de serviço, até que o juiz competente autorize, em decisão fundamentada, o seu retorno.
- (C) em caso de indiciamento de servidor público, este será afastado, sem prejuízo de remuneração e demais direitos previstos em lei, até que o juiz competente autorize, em decisão fundamentada, o seu retorno.
- (D) a Secretaria da Receita Federal do Brasil conservará os dados fiscais dos contribuintes pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos, contados a partir do início do exercício seguinte ao da declaração de renda respectiva ou ao do pagamento do tributo.
- (E) em caso de indiciamento de servidor público, este será afastado, sem direito à remuneração e demais direitos previstos em lei, até que o juiz competente autorize, em decisão fundamentada, o seu retorno.

CONTABILIDADE GERAL

61. De acordo com artigo 80 da Lei nº 6.404/76, é necessário para constituir uma sociedade anônima:

- (A) subscrição, pelo menos por 3 (três) pessoas, de todas as ações em que se divide o capital social fixado no estatuto.
- (B) realização, como entrada, de 10%, no mínimo, do preço das ações à disposição do mercado.
- (C) subscrição, pelo menos por 3 (três) pessoas jurídicas, de todas as ações em que se divide o capital social fixado no estatuto.
- (D) no mínimo, $\frac{1}{4}$ (25%), como entrada em dinheiro, do preço das ações subscritas.
- (E) depósito, no Banco do Brasil S.A., ou em outro estabelecimento bancário autorizado pela CVM, da parte do capital realizado em dinheiro.

62. O patrimônio de uma empresa S.A. é reflexo do seu conjunto de bens, direitos e obrigações, portanto, é correto afirmar que, quando

- (A) o patrimônio líquido for igual a zero, revela inexistência de passivo.
- (B) a diferença entre o ativo e o passivo for igual a zero, há uma situação de patrimônio líquido negativo.
- (C) o passivo for igual ao patrimônio líquido, revela a boa situação da empresa.
- (D) o patrimônio líquido for igual ao ativo, os sócios não possuem dívidas a pagar.
- (E) o ativo é igual ao passivo, revela a existência de riqueza própria.

63. Conforme consta no § 1º do art. 178 da Lei nº 6.404/76, as contas no Ativo devem ser registradas em ordem decrescente, considerando o grau de liquidez. Para tanto, e obedecendo a legislação, os estoques de produtos acabados devem ser apresentados

- (A) em despesas de exercício seguinte.
- (B) antes das contas de duplicatas a receber.
- (C) após as contas a receber de vendas a prazo.
- (D) após o ativo realizável a longo prazo.
- (E) antes das aplicações financeiras de liquidez imediata.

64. São demonstrações obrigatórias para quaisquer empresas de sociedades por ações:

- (A) demonstração do valor adicionado e demonstração dos lucros ou prejuízos do exercício.
- (B) demonstração do valor adicionado e demonstração dos fluxos de caixa.
- (C) demonstração dos lucros e prejuízos acumulados e demonstração do resultado do exercício.
- (D) balanço patrimonial e demonstração do valor adicionado.
- (E) demonstração do resultado do exercício e demonstração dos fluxos de caixa.

65. As despesas na Demonstração do Resultado do Exercício, de acordo com a Lei nº 6.404/76, devem ser discriminadas da seguinte forma:

- (A) despesas financeiras, deduzidas das receitas, despesas gerais e despesas administrativas.
- (B) despesas administrativas, depreciações e amortizações.
- (C) despesas com vendas, despesas com juros e despesas com transporte.
- (D) despesas com vendas, despesas administrativas e despesas com salários.
- (E) despesas com salários e encargos trabalhistas, depreciações e amortizações.

CONTABILIDADE PÚBLICA

66. São consideradas receitas correntes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964:

- (A) recursos oriundos da venda de títulos públicos.
- (B) recursos oriundos de contribuições econômicas.
- (C) recursos obtidos em decorrência de alienação de bens.
- (D) recursos oriundos de operações de crédito.
- (E) recursos financeiros provenientes da amortização de financiamentos ou empréstimos concedidos na forma de títulos e contratos.

67. As receitas orçamentárias decorrentes da exploração econômica da folha de pagamento de um ente público classificam-se como

- (A) receita de serviços.
- (B) transferências correntes.
- (C) receita tributária.
- (D) transferências de capital.
- (E) receita patrimonial.

- 68.** Conforme dispõe o art. 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor e tem por objetivo
- (A) apurar os benefícios que o material adquirido irá proporcionar à comunidade.
 - (B) apurar as condições econômicas da empresa fornecedora.
 - (C) apurar a origem, o objeto e a importância exata do que se deve pagar.
 - (D) verificar a necessidade de incorporação ao patrimônio.
 - (E) verificar a importância da aplicação dos recursos públicos.
- 69.** O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) está estruturado em 8 classes. Fazem parte das variações patrimoniais diminutivas os seguintes itens:
- (A) impostos, taxas e contribuições de melhoria; exploração e venda de bens, serviços e direitos; planejamento aprovado.
 - (B) execução dos atos potenciais; execução da administração financeira; execução da dívida ativa.
 - (C) dívida ativa; riscos fiscais; consórcios públicos e custos.
 - (D) transferências e delegações concedidas; desvalorização e perda de ativos; custo das mercadorias vendidas.
 - (E) planejamento aprovado e execução do orçamento.
- 70.** Quando o valor real a ser pago for superior ao valor inscrito em restos a pagar, o gestor poderá saldar tal compromisso, tendo como base
- (A) o empenho no elemento de despesas de exercícios anteriores.
 - (B) o art. 68 do Decreto Federal nº 93.872/86, que trata de cancelamento de restos a pagar.
 - (C) a dotação orçamentária, consignada em dívida contratada.
 - (D) a operação de crédito.
 - (E) depósitos em caução para garantia do contrato.
- 71.** Os recursos financeiros que não devem ser reconhecidos como receita orçamentária são:
- (A) superavit financeiro e cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar.
 - (B) imposto sobre exportação e IPVA.
 - (C) alienação de bens móveis e contribuições sociais.
 - (D) superavit financeiro e receita industrial.
 - (E) multas e juros de mora.
- 72.** A despesa orçamentária não efetiva é aquela que, no momento de sua realização, não reduz a situação líquida patrimonial da entidade. Trata-se de fato contábil
- (A) aumentativo.
 - (B) acumulativo.
 - (C) compensatório.
 - (D) diminutivo.
 - (E) permutativo.
- 73.** O empenho, segundo o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, é o ato emanado de autoridade competente que cria ao Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Os empenhos podem ser classificados em
- (A) total, parcial e complementar.
 - (B) ordinário, estimativo e global.
 - (C) nominal, real e estimativo.
 - (D) ordinário, estimativo e parcial.
 - (E) ordinário, global e nominal.
- 74.** As etapas da receita orçamentária podem ser classificadas da seguinte forma:
- (A) previsão, lançamento, execução e recolhimento.
 - (B) previsão, lançamento e liquidação.
 - (C) licitação, empenho, contratação e liquidação.
 - (D) programação, recolhimento e aplicação.
 - (E) previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

75. O Balanço Financeiro divide-se, em sua estrutura básica, em ingressos e dispêndios. Os ingressos estão assim representados:

- (A) receita corrente, receita tributária, taxas e contribuições sociais.
- (B) receita patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços.
- (C) receita orçamentária ordinária e vinculada, transferências financeiras recebidas, recebimentos extraordinários e saldo do exercício anterior.
- (D) receita corrente, receita de capital e receita extraorçamentária.
- (E) receita orçamentária ordinária, recebimentos extraordinários e saldo do exercício anterior.

AUDITORIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

76. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, dos consórcios públicos intermunicipais,

- (A) considerará a contabilização da receita dos valores repassados pelos municípios ao consórcio público na modalidade intraorçamentária, por se tratar de transferência intragovernamental na modalidade 90 – aplicações diretas.
- (B) não se estende ao exame de legalidade, legitimidade e economicidade das aplicações decorrentes dos auxílios, subvenções e contribuições recebidos da União ou do Estado.
- (C) decorre da competência do Tribunal para apreciar e emitir parecer prévio quanto às contas anuais dos consórcios públicos.
- (D) considerará demonstrativos enviados aos entes consorciados com informações das despesas realizadas com os recursos entregues em virtude dos contratos de rateio firmados no âmbito da gestão associada de serviços públicos.
- (E) restringe-se à legalidade, à legitimidade e à economicidade das despesas, atos, contratos e outros ajustes firmados entre os municípios consorciados e outros entes e instituições, exceto os contratos de rateio e de programa firmados entre os consorciados.

77. De acordo com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, os controles internos das Prefeituras e Câmaras Municipais sob sua jurisdição deverão, em apoio ao controle externo exercido pela Corte de Contas,

- (A) manifestar-se quanto às operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município, exceto aqueles decorrentes de transferências constitucionais obrigatórias.
- (B) comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, excluídos os repasses a entidades do terceiro setor, cuja avaliação de eficácia e eficiência constitui competência exclusiva do Tribunal de Contas.
- (C) firmar com exclusividade, por seu responsável indicado por ato dos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, o Relatório de Gestão Fiscal a que se refere a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (D) avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus resultados.
- (E) opinar pela regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados.

78. A fim de garantir credibilidade às auditorias realizadas pelos Tribunais de Contas, Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP, nível 1) preveem implementação de um sistema de controle de qualidade, que inclui controle e assegurar a qualidade do processo de auditoria. Esse sistema de controle de qualidade

- (A) compreende avaliação periódica, por amostragem dos processos de auditoria encerrados, realizada por equipe de supervisão que deve incluir auditores que participaram do processo de auditoria avaliado, como forma de aperfeiçoamento e aprendizado.
- (B) limita-se aos elementos relevantes da auditoria avaliada, dentre os quais inserem-se as responsabilidades de supervisão e revisão na conferência dos achados, independentemente das conclusões do processo.
- (C) objetiva garantir maior proteção contra riscos de qualidade no procedimento, risco de comprometimento da independência e da objetividade, considerando processos de auditoria ainda em curso.
- (D) não pode ser considerado parte integrante do processo de auditoria, para não prejudicar a impessoalidade e eficácia do controle.
- (E) deve ser, ele próprio, objeto de avaliação periódica independente, como garantia de aderência às técnicas e às normas profissionais.

79. No que diz respeito à auditoria governamental, é correto afirmar:

- (A) o escopo abrange as auditorias de regularidade e as operacionais.
- (B) a metodologia deve abranger exame de legalidade, legitimidade, razoabilidade, impessoalidade, publicidade e moralidade dos atos administrativos, independentemente dos resultados das políticas públicas e vedada, em qualquer hipótese, a revisão de programas de governo.
- (C) tem por objetivo detectar erros, fraudes e outras irregularidades que afetem a posição patrimonial, econômica e financeira do ente auditado.
- (D) não alcança o sistema de controle interno e as funções de auditoria interna dos órgãos e entidades da Administração Pública.
- (E) a opinião do auditado acerca dos achados constatados não deve ser considerada na elaboração do relatório pelos profissionais de auditoria, em respeito ao princípio da imparcialidade.

80. O auditor, no exercício do controle externo de competência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, deve

- (A) declarar impedimento ou suspeição nas situações concretas que possam interferir na sua independência e imparcialidade.
- (B) guardar sigilo sobre dados e informações objeto da auditoria, assegurado acesso a documentos protegidos por sigilo constitucional ou legal, mediante prévia autorização judicial.
- (C) assegurar publicidade ampla e irrestrita dos dados e informações a que tiver acesso, no curso da auditoria e após apresentação do relatório.
- (D) manter ceticismo profissional moderado, pois terá acesso a documentos produzidos por órgãos e entidades públicos, os quais gozam de presunção absoluta de legalidade.
- (E) agir de acordo com os princípios da oficialidade e informalismo moderado, garantindo manutenção da credibilidade da auditoria.

